

# **INCLUSÃO ESCOLAR E DEFICIÊNCIA MENTAL: UM ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE LAVRAS - MINAS GERAIS**

2010

**Fernanda Garcia Resende  
Bárbara Terra Ávila**

Estudantes de Psicologia - Centro Universitário de Lavras (UNILAVRAS), Brasil

Contacto:

[garciaresende@yahoo.com.br](mailto:garciaresende@yahoo.com.br)

[babizinha.avila@hotmail.com](mailto:babizinha.avila@hotmail.com)

---

## **RESUMO**

O tema inclusão escolar de pessoas com deficiência é algo muito discutido e prioritário para as políticas públicas no Brasil atualmente. Essa pesquisa teve por objetivo observar e analisar a interação social entre um aluno do quarto ano de uma escola municipal de Lavras, MG com Deficiência Mental (DM) e seus colegas. Observar os alunos dentro e fora da sala de aula foi o primeiro passo da pesquisa, posteriormente entrevistar dez alunos com perguntas sobre duas escolhas e duas para rejeitar para brincar e realizar tarefas; os alunos foram observados durante três manhãs durante a situação de aula e de recreio. Esses dados foram combatíveis com os obtidos na entrevista, mostrando que o aluno foco com Deficiência mental é menos aceito e mais rejeitado que os outros colegas, o aluno com DM passa a maior parte do tempo do recreio sozinho, demonstra dificuldade para iniciar ou manter contatos sociais com os demais colegas.

**Palavras-chave:** interação entre colegas; inclusão escolar; deficiência mental

## INTRODUÇÃO

A partir da Constituição de 1998, graças á pressão social, criaram-se dispositivos legais em áreas como educação, trabalho, assistência social e acessibilidade física, de forma a garantir a inclusão social das pessoas com deficiência.

O objetivo dessa pesquisa é contribuir para o debate sobre deficiência mental e inclusão escolar no Brasil, mais precisamente na cidade de Lavras; a partir de dois enfoques. O primeiro é identificar e discutir como ocorre a inclusão de deficientes mental na escola regular, tal como compreender a perspectiva dos alunos sem deficiência sobre a interação social dentro da escola.

[...] todos os deficientes experimentam a deficiência como uma restrição social, não importando se estas restrições ocorrem em consequência de ambientes, inacessíveis, de noções questionáveis de inteligência e competência social, se da inabilidade da população em geral em utilizar a linguagem de sinais [...] (OLIVER, 1990, p. 14).

A população em geral não possui como ideologia o bem estar de todos, assim como respeitar as diferenças e limitações de cada ser humano, estamos acostumados a educar para o padrão aceitável pela sociedade, não para compreender as diferenças físicas ou intelectuais; como acreditamos que o preconceito vem das bases familiares pretendemos verificar a aceitação e o relacionamento das crianças de uma escola municipal de Lavras com o colega deficientes mental. Verificar como ocorre essa interação escolar e social; identificar se existem aspectos preconceituosos com o aluno deficiente mental.

Vale á pena especificar a diferença entre as palavras interação e inclusão na área escolar, uma vez que ambas priorizam a inserção da pessoa com necessidade especial na escola regular (Thomas, Walker & Webb, 1998, p. 98). A palavra inclusão remete a uma definição mais ampla, indicando uma inserção total e incondicional. Integração, por sua vez, dá a idéia de inserção parcial e condicionada ás possibilidades de cada pessoa. A inclusão exige a transformação da escola, pois defende a inserção no ensino regular de alunos com qualquer deficiência ou déficit, cabe as escolas se adaptarem as necessidades dos alunos.

Segundo o DSM-IV e o CID-10 a característica essencial do Retardo Mental é um funcionamento intelectual significativo inferior à média, acompanhado de limitações significativas no funcionamento adaptativo em pelo menos duas das seguintes áreas de habilidades: comunicação, autocuidados, vida doméstica, habilidades sociais/interpessoais, uso de recursos comunitários, auto-suficiência, habilidades acadêmicas, trabalho, lazer, saúde e

segurança. O início deve ocorrer antes dos 18 anos. Existem quatro níveis de gravidade do retardo mental, que reflete o atual nível de prejuízo intelectual; retardo mental leve, retardo mental moderado, retardo mental severo, retardo mental profundo. Esses níveis são identificados e definidos pelo quociente de inteligência (QI ou equivalente) obtido mediante avaliação com um ou mais testes de inteligência padronizados de administração individual (cada teste deve ser aplicado de acordo com a idade e com as necessidades especiais de cada pessoa).

Acreditamos ser de extrema importância para o nosso conhecimento individual de estudantes de psicologia manter o contanto com esse problema de inclusão escolar de alunos com deficiência mental, é essencial para o desenvolvimento das crianças com deficiência mental desenvolver a integração e interação social com outras crianças da mesma idade. A importância dos companheiros de brincadeiras na socialização de crianças é de fundamental importância e os estudos feitos na área de psicologia social e do desenvolvimento têm reforçado isso (Harris, 1995, p. 115). Mostrando que os pais não são os principais protagonistas da interação social na vida de seus filhos com deficiência mental; as crianças se identificam em grupos ajudando a formar comportamento adequados para a socialização em grupos e admissão de regras.

## REVISÃO DE LITERATURA

A proposta de integração escolar foi elaborada em 1972, por um grupo de profissionais liderados por Wolfensberger, na forma do chamado princípio de normalização. Este princípio emprega que todas as pessoas com deficiência têm o direito de usufruir de condições de vida o mais comum ou “normal” possível, na sociedade em que vivem. Dito de outra forma, normalizar não quer dizer tornar normal significa sim dar à pessoa oportunidades, garantindo seu direito de ser diferente e de ter suas necessidades reconhecidas e atendidas pela sociedade como um todo.

O conceito de integração é uma das conseqüências fundamentais do princípio de normalização. “Normalização é objetivo. Integração é processo. Integração é fenômeno complexo que vai muito além de colocar ou manter excepcionais em classe regulares” (Pereira, 1990, p. 83).

A integração privilegia o aluno portador de necessidades educativas especiais, dividindo com ele a responsabilidade da inserção enquanto a inclusão tenta avançar, exigindo também da sociedade em geral, condições para essa inserção. A integração é um tanto mais individualizada e a inclusão um tanto mais coletiva. Na prática inclusiva, no entanto, percebe-se que mesmo aqueles alunos que se encontram inserir no sistema regular de ensino continuam sendo isolados dos seus companheiros de turma não deficientes.

“A importância dos companheiros de brincadeiras na socialização de crianças é de fundamental importância e os estudos feitos nas áreas de Psicologia Social e Desenvolvimento a têm reforçado” (Harris, 1995, p. 124).

Harris (1995) explica que o processo de formação de grupo se apóia na capacidade inata do homem possuir cérebro construído com a habilidade de classificar, categorizar, nomear, rotular ou dividir pessoas ou coisas em grupo. Já observada em outras espécies e na criança antes de um ano de idade, que já faz categorização por idade e sexo. A terceira forma de classificação usada pelo homem é a raça, que leva mais tempo para ser adquirida. Esse processo de categorização independe da existência de rótulos, pois uma categoria se define por um conceito, que pode existir mesmo sem um nome. Assim, para que ocorra uma condição de grupo não é preciso haver uma história anterior de amizade, um conflito com membros de outro grupo, a luta por território saber que são seus companheiros, nem mesmo existirem diferenças visíveis na aparência ou no comportamento.

Não são as relações próximas que fazem alguém pertencer a um grupo, mas o grupo com o qual se identifica; o grupo de referência ou grupo psicológico é o que conta. O processo básico de formação do grupo não está centrado na atração nem na interdependência, mas sim na identificação.

Segundo Harris (1995) para manter a identidade e a coesão do grupo, as crianças usam diversos métodos, às vezes cruéis aqueles que não se conformam ou não podem se conformar com as regras explícitas e não explícitas podem ser excluídas, criticadas ou ridicularizadas. Muitas vezes o estereótipo, traduzido no apelido, passará a identificar a criança pelo grupo, que se apóia em qualquer identificação de aparência, jeito, habilidade ou qualquer outro aspecto da criança, para mostrar a hierarquia de dominação.

Para que haja plena integração professor-aluno é preciso que de antemão possuam ampla visão e conhecimento sobre o que é a deficiência, quais são seus principais tipos, causas, características e as necessidades educativas de cada deficiência, entrevistem os pais ou responsáveis para conhecer todo o histórico de vida desse aluno, afim de traçar estratégia conjuntas de estimulação família-escola. Peçam orientação e procurem profissionais como psicólogos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, que estejam atendendo ou já atenderam esses alunos.

A interação aluno-aluno traz à tona as diferenças interpessoais, as realidades e experiências distintas que os mesmos trazem de seus ambientes familiares, a forma como eles lidam com o diferente, os preconceitos e a falta de paciência em aceitar o outro como ele é. Todos os alunos das classes regulares devem receber orientações sobre a questão da deficiência e as formas de convivência que respeitem as diferenças. Levar os alunos de classes regulares a aceitar e respeitar os portadores de deficiência e suas diferenças é uma ato de cidadania.

A prática da desmarginalização de portadores de deficiência deve ser parte integrante de planos nacionais de educação, que objetivem atingir educação para todos. A inclusão social traz no seu bojo a equiparação de oportunidades a mútua interação de pessoas com e sem deficiência e o pleno acesso aos recursos da sociedade. Cabe lembrar que uma sociedade inclusiva tem o compromisso com as minorias e não apenas com as pessoas portadoras de deficiência. A inclusão social é, na verdade, uma medida de ordem econômica, uma vez que o portador de deficiência e outras minorias tornam-se cidadãos produtivos, participantes, conscientes de seus direitos e deveres, diminuindo, assim, os custos sociais. Dessa forma, lutar a favor da inclusão social deve ser responsabilidade de cada um e de todos coletivamente. (MACIEL; C.R.MARIA, 200, p. 56).

Com essa citação da autora Maria Maciel fica clara a visão de compromisso e participação de toda a sociedade para que ocorra a integração de pessoas com deficiência no meio social e escolar. Aprender a conviver com as diferenças é uma tarefa lenta, mas necessária para uma melhora pessoal e comunitária.

## **MÉTODO**

### *Participantes e local de coleta de dados*

Participaram desta pesquisa um aluno portador de deficiência mental e seus colegas de aula no ensino regular de uma escola municipal de Lavras MG. Tendo por objetivo de pesquisa acompanhar o possível desenvolvimento de interação sociais desse aluno com seus colegas no ambiente inclusivo, foram registrados os comportamentos dos alunos no pátio de recreio e na sala de aula da escola. A permanência dos alunos no recreio era de aproximadamente 15 minutos diários, divididos entre o refeitório e o tempo livre no pátio.

### *Material*

Para detectar as redes sociais já estabelecidas entre os alunos e a organização sociais do grupo, foi realizado observação em sala de aula e no pátio no horário de recreio, essa observação foi direcionada como pontos de interação, socialização e relacionamento na hora de fazer as atividades e brincar no recreio e em sala de aula. Foi utilizado também um entrevista aberta e semi estruturada aplicada em 10 alunos sem deficiência que são colegas de classe do aluno com

DM. Nessa entrevista foi pedido para que cada criança escolhesse dois colegas de aula tanto para realizar tarefas quanto dois para brincar nas horas livres no pátio.

### *Procedimento*

Visando a obtenção de um retrato da organização do grupo de alunos após um maior tempo possível de exposição social entre eles, após alguns meses de convivência na classe escolar, foi realizada a observação e posteriormente a entrevista semi estruturada onde foi pedido para os alunos individualmente escolhessem nomeando dois alunos com quem gostariam de trabalhar em sala de aula e com quem gostariam de brincar no recreio, depois foi pedido que nomeasse mais três alunos com quem não gostariam de fazer as atividades e também não gostariam de brincar no recreio.

Considerando que a situação de recreio livre permite a ocorrência de comportamentos interativos mais espontâneos por parte dos alunos, aumentando, assim, as possibilidades de se observar suas preferências e rejeições sociais em situação natural, foi realizado sessões de observação para o aluno alvo da pesquisa.

As observações foram realizadas durante quatro dias, sendo feita uma observação por semana com duração de uma hora e meia cada uma. Como referencial de observação foi utilizado essencial aspectos como: interação entre os alunos e o aluno com DM, conversas paralelas, interação dos alunos para realizarem atividades em sala de aula, atenção dada ao aluno com DM, relação entre o aluno com DM e a professora, posicionamento das carteiras escolares assim como a do aluno foco.

Nas entrevistas com os alunos foi pedido para que cada um escolhesse supostamente dois colegas de sala de aula para realizar alguma tarefa escolar e para brincar no horário livre.

### *Processamento de dados*

#### *a) Dados obtidos com as observações*

As informações obtidas nas observações foram organizadas em relatórios que eram feitos após cada dia de observação. Foi observado a relação entre os alunos ditos normais com o aluno foco. Dentro da sala de aula não há muita interação, o aluno foco tenta se comunicar, mas não há resposta dos outros alunos, alguns ignoram sua presença e outros apenas dão um sorriso mas demonstram um certo desprezo. A professora não possui instruções e nem material apropriado

para trabalhar didaticamente com o aluno portador de necessidades especiais, assim ela faz o possível, apenas passa uma atividade sem se preocupar com o desenvolvimento do aluno com deficiência. Fora da sala de aula foi observado que os alunos não fazem questão da presença do aluno deficiente, no recreio o aluno foco fica praticamente sozinho e quando tenta interagir com algum outro aluno não obtém sucesso. Ficou claro que não há nenhuma iniciativa da professora e nem dos alunos para incluir o aluno deficiente. Esta rejeição está intimamente ligada à percepção que os alunos têm dos comportamentos, considerados como inadequados pelos colegas, emitidos pela criança com necessidades especiais.

#### *b) Dados obtidos com a entrevista*

Os dados mostram que o aluno foco não era totalmente aceito, nem estava integrado, As escolhas dos colegas deixam claro que o aluno deficiente não é totalmente aceito, no total de 10 alunos entrevistados, nenhum escolheu o colega com deficiência para brincar ou para desenvolver alguma atividade, alegavam que o aluno com DM se comportava agressivamente. Entre os colegas que não seriam escolhidos para as atividades o aluno foco foi escolhido por quatro alunos. Os outros seis alunos não escolheram o aluno foco, mas não apresentaram motivos coerentes para os alunos escolhidos, deixando claro que a escolha não foi verdadeira. Assim os dados mostram que os alunos preferem ignorar a presença do aluno deficiente, interagindo apenas com os colegas ditos normais.

### **CONCLUSÃO FINAL**

Quando se trata da inserção social, cabe à escola favorecer aos alunos meios para que possam se identificar como integrantes de um grupo. Do mesmo modo, é preciso que os professores possam entender as relações que estabelecem no meio físico e cultural, além de reconhecerem e entenderem a diversidade existente em uma sala de aula.

A sociedade possui uma visão de homem padronizada e classifica as pessoas de acordo com essa visão. Elege um padrão de normalidade e esquece de que a sociedade se compõe de homens diversos, que ela se constitui na diversidade, assumindo de um outro modo as diferenças.

Analisando com Harris (1995, 1999), pode-se considerar que essa rejeição ao estranho ou diferente faz parte do processo de formação de grupos, em que a categorização e a autocategorização atuam de forma a facilitar ou dificultar a aceitação no grupo. As diferenças comportamentais e físicas dos alunos em relação a seus colegas dificultam a assimilação no grupo, acentuando até o contraste entre eles. E isso ocorre porque os grupos tendem a atuar em

direção à coesão, simetria e estabilidade, desenvolvendo um conjunto de critérios e regras consideradas aceitáveis para que sejam seguidas por seus membros.

A dificuldade de superar a visão padronizada de homem esta calcada no fato de serem concebidas as diferenças numa perspectiva qualitativa, ou seja, a escola tem, reproduzido uma visão determinista de sociedade, classificando seus alunos em mais inteligentes e menos inteligentes. Assim como foi percebido com o “Projeto Azul” que a escola possui, o projeto foi criado pela escola com o intuito de ajudar os alunos que estão com dificuldades e estão com notas vermelhas, então colocam os alunos em duplas, um aluno com nota azul ajuda o aluno com notas vermelhas, colocando assim rótulos nos alunos. O aluno com DM não participa desde projeto, pois possui dificuldades para se comunicar, então é mais fácil deixá-lo fora do projeto.

As atitudes de rejeição, estigmas e posturas preconceituosas transmitidas culturalmente criam barreiras sociais e físicas dificultando o processo de integração. Dentre as rejeições, a maior barreira consiste na tendência de não se acreditar no potencial de desenvolvimento e aprendizagem do aluno com necessidades especiais. Considerando a complexidade da vida em sociedade, caracterizada pela convivência de pessoas tidas como normais com tantas outras concebidas como anormais, a integração constitui uma via de mão dupla, na qual deficiente e não-deficientes devem interagir na construção de um entendimento comum, o que ficou claro que de fato não acontece.

É necessário que o sistema educacional assuma os objetivos da educação com relevância e desperte no aluno o desejo de desenvolver sua auto-estima. A escola deve fazer intervenções e oferecer desafios adequados ao aluno deficiente, além de valorizar suas habilidade, trabalhar sua potencialidade intelectual, reduzir as limitações provocadas pela deficiência, apoiar a inserção familiar, escolar e social, bem como prepará-lo para uma adequada formação profissional, almejando seu desenvolvimento integral.

Na educação, o resultado não será completo à criança especial. Ela poderá se sentir bem ao conviver com os poucos coleguinhas que aceitam, mas se sentirá frustrada quando se deparar à realidade e começar a encontrar obstáculos à sua frente.

A inclusão não se dá na pratica. No caso da escola, esta despreparada estruturalmente para atender os portadores de necessidades especiais. A escola não possui recursos didáticos e pedagógicos para trabalhar com o deficiente mental, não possuem interpretes para auxiliar os professores nas turmas. Os professores não estão preparados para lidar com os deficientes.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

HARRIS, J. R. **Diga-me com quem anda...** Rio de Janeiro, 1995

MACIEL, CAZZANIGA M. R. **Portadores de deficiência:** a questão da inclusão social. Disponível: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392000000200008&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392000000200008&script=sci_arttext). Acesso em: 05 out. de 2009.

OLIVER, M. **Política para deficientes**, London; Ed: Mac Millan; 1990

PEREIRA, O. S. Educação integrada: somos todos responsáveis. **Revista Integração**, 1990, 3(6), p. 16-17.

THOMAS, G., WALKER, D., & WEBB, J. **The making of the inclusive school**. Nova York, Ed: Routledge, 1998.